

POLÍTICA

EXPORTAÇÕES

Senado aprova criação de novas ZPE

Acordo entre a bancada de oposição e o governo permitiu desengavetar projeto parado há 11 anos

FERNANDO EXMAN
BRASÍLIA

A Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) do Senado aprovou ontem, por unanimidade, projeto que cria as Zonas de Processamento de Exportações (ZPE). A proposta, que tramita em regime de urgência, passará ainda pelo crivo do plenário da Casa e pela sanção presidencial antes de entrar em vigor.

Como o Senado só pode aprovar ou derrubar as emendas da Câmara, porque é a Casa Revisora da proposta, oposição e governo fecharam acordo para que o presidente Luiz Inácio Lula da Silva vete artigos polêmicos do texto.

A CAE criou uma comissão para discutir a nova redação desses trechos, que serão regulamentados por meio de medida provisória. A proposta foi consi-

derada um instrumento para o desenvolvimento econômico e redução das desigualdades regionais do País. Diversos parlamentares anunciaram que tentaram convencer o governo a criar ZPE em seus Estados. Segundo o presidente da Associação Brasileira de Zonas de Processamento de Exportação (Abrazpe), Helson Braga, empresários só esperam a regulamentação sair do papel para investir pelo menos US\$ 10 bilhões.

Idealizador das ZPE quando presidente da República, o senador José Sarney (PMDB-AP) declarou que, se os presidentes

que o sucederam tivessem dado continuidade ao projeto, hoje o Brasil teria chances de competir com a China. À época, disse, o país asiático contava com 17 ZPE. Atualmente, segundo dados da Abrazpe, tem 250 federais e 3.000 criadas pelas províncias. "As ZPE são uma ferramenta para o país expandir mercados", disse Sarney.

As ZPE, no entanto, preocupam empresas de São Paulo, da Zona Franca de Manaus e outros Estados que não têm empreendimentos do tipo aprovados. Tal receio foi motivo de acalorado bate-boca, na semana passada, entre o presidente da CAE, Aloizio Mercadante (PT-SP), e o relator do projeto, Tasso Jereissati (PSDB-CE). O líder do PSDB no Senado, Arthur Virgílio (AM), também mostrou resistências ao projeto durante a sessão de ontem. Disse que as ZPE não podem, por exemplo, concorrer com os benefícios concedidos pela Zona Franca de Manaus e pela Lei de Informática.

Desde 1988, o Executivo já aprovou a criação de 17 ZPE. Quatro delas têm até infra-estrutura. Só esperam a autorização da Receita Federal para iniciar as atividades. As importações e exportações de empresas instaladas nas zonas não pagarão o Imposto de Importação, o Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI), a Cofins, o Adicional ao Frete para Renovação da Marinha Mercante e o Imposto sobre Operações de Crédito, Câmbio e Seguro e sobre Operações relativas a Valores Mobiliários.

As empresas terão isenção do IR por 10 anos se estiverem localizadas em ZPE no Maranhão, Piauí, Ceará, Rio Grande do Norte, Paraíba, Pernambuco, Alagoas, Sergipe, Bahia, Acre, Pará, Amazonas, Amapá, Roraima, Rondônia, parte do Mato Grosso e de Goiás. O IR também não incidirá sobre remessas e pagamentos a residentes e domiciliados no exterior. Segundo o texto aprovado ontem, a isenção do IR em outros Estados será de cinco anos. O acordo definiu que tal trecho será vetado pelo presidente.

Outra que será discutida pela comissão é a que permite a venda para o mercado doméstico de até 20% do valor da produção da ZPE. Para Braga, apesar das críticas de alguns senadores, o atual texto não deveria ser modificado. "O projeto já foi aprovado duas vezes pela CAE e pela Câmara. Quando algo está correto, se mexer piora", criticou.



José Sarney